

## Impactos do trânsito na Grande Vitória

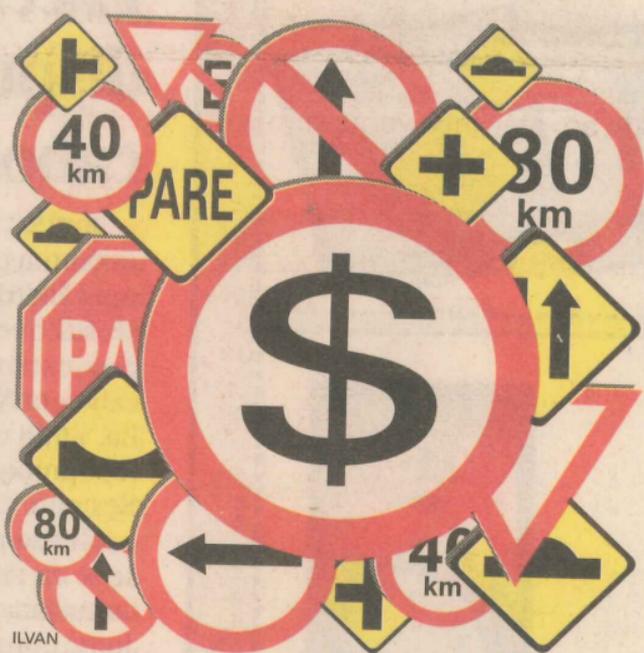
O novo Código de Trânsito Brasileiro (com vigência a partir de janeiro/98) impactou a economia da Grande Vitória, somente no primeiro semestre deste ano, com estas variáveis: R\$ 9.286.619,52 evitando perdas de vidas humanas; R\$ 1.998.553,00 com despesas hospitalares decorrentes de acidentes evitados; R\$ 3.734.870 com gastos em recuperação de veículos que não se acidentaram; e R\$ 7.540.004,56 com multas evitadas por infrações de trânsito.

Estes resultados foram possíveis a partir de valores arbitrados para fins de cálculos financeiros. E pretendem contribuir para "uma avaliação nem sempre feita dos efeitos da aplicação de leis que buscam valorizar a vida", assinala o professor de Economia da Ufes Arlindo Villaschi Filho no estudo intitulado "Dimensionamento de Impactos Sócio-Econômicos Oriundos do Novo Código de Trânsito Brasileiro: o Caso da Grande Vitória". O trabalho foi apresentado no Congresso Brasileiro de Trânsito - Brasil-tran'98, em Brasília, na última semana, onde obteve segundo lugar na disputa com pesquisas de diversos Estados.

Devido ao novo Código de Trânsito Brasileiro, a região metropolitana da Grande Vitória registrou 78.332 infrações a menos "do que seria de se esperar caso continuasse a tendência observada de 1995 a 1998" (os levantamentos feitos referem-se ao primeiro semestre de cada ano); 1.612 acidentes a menos; 20 mortes a menos. Este é o lado social do trabalho premiado, cuja pesquisa contou com a participação de Giovana Baptista, Marcela Martinelli, Reinaldo de Andrade e Romina Bezerra. O texto assinala que "os resultados podem servir para complementar levantamentos feitos em outras regiões urbanas com dimensões distintas". A explicação do autor, Arlindo Villaschi Filho, é a de que este complemento "deve ser entendido tanto como reforço de evidências obtidas em outros contextos urbanos, como o de contraponto ao que se verifica em áreas com maior/menor densidade demográfica/dinâmica econômica".

O "Dimensionamento de Impactos Sócio-Econômicos Oriundos do novo Código de Trânsito Brasileiro: o caso da Grande Vitória", ainda que apresentando números indicativos, pretende chamar a atenção para dois aspectos: 1) necessidade de serem sistematizadas ou compatibilizadas as pesquisas sobre trânsito realizadas por diversos organismos. "Geralmente, as informações coletadas (que vão desde os prontos-socorros que atendem às vítimas até as oficinas que fazem reparos, passando por seguradoras, centros de reabilitação, etc.) não têm tratamento que permita compatibilização mínima entre organizações";

2) iniciar um processo de discussão sobre o trânsito "que vá além de sua dimensão policial, seja esta preventiva/educativa, seja ela de punição/correção. É preciso acreditar que o trabalho policial pode ser facilitado a partir da maior disponibilidade e da democratização das informações coletadas". Estão aí, portanto, as mensagens.



Está na hora de pensar alternativas para o trânsito que contemplem as possibilidades da tecnologia da informação. Esta é também uma das sugestões expostas no trabalho "Dimensionamento de Impactos Sócio-Econômicos Oriundos do novo Código de Trânsito Brasileiro: o caso da Grande Vitória". A justificativa é a mais clara: o atual estágio de desenvolvimento tecnológico. A propósito, há uma informação contida no trabalho do professor Arlindo Villaschi Filho: está sendo testado no transporte público da Grande Vitória um equipamento desenvolvido pela Automática Tecnologia (empresa do setor de tecnologia de automação industrial) e já homologado pelo Conselho Nacional de Trânsito, capaz de controlar a velocidade do veículo. O equipamento é considerado de grande importância para a segurança no trânsito, pois "além de controlar a velocidade impede que o veículo arranque com as portas abertas, bem como que alguma das portas se abra com o veículo em movimento", diz o estudo.